



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

## Serviço de Protocolo Geral

Processo: 5189/2016 Projeto de Lei: 168/2016  
Data e Hora: 08/07/2016 10:30:27  
Procedência: Davi Esmael

Inclui o cargo de Professor de Educação Básica III -  
Libras na Lei nº 6.754, de 2006.

CG



Processo: 5189/2016 Projeto de Lei: 168/2016

Data e Hora: 08/07/2016 10:30:27

Procedência: Davi Esmael

Inclui o cargo de Professor de Educação Básica III - Libras na Lei nº 6.754, de 2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

## PROJETO DE LEI Nº. \_\_\_\_/2016

*Inclui o cargo de Professor de Educação Básica III – Libras na Lei nº 6.754, de 2006.*

**Art. 1º** Fica incluída a alínea “e” ao inciso I do art. 4º com a seguinte redação:

“Art. 4º. [...]

I - [...]

e) Professor de Educação Básica III (PEB III) - Libras.” (NR)

**Art. 2º** Fica incluído o inciso VIII ao art. 6º com a seguinte redação:

“Art. 6º [...]

I - [...]

**VIII – para o Professor de Educação Básica III – Libras: Ser comprovadamente surdo. Para docentes que atuarão com o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental: Graduação em licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Para docentes que atuarão no ensino de Libras da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Graduação em Pedagogia e curso complementar com certificado PROLIBRAS ou curso de formação de instrutores de Libras, com no mínimo 120 horas, promovido por instituições de ensino superior ou instituições de ensino superior ou instituições credenciadas pelas Secretarias de Educação ou Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS.”(NR)**



Facebook: DAVIESMAEL Twitter: DAVIESMAEL Website: [www.DAVIESMAEL.COM.BR](http://www.DAVIESMAEL.COM.BR)

Câmara Municipal de Vitória  
Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1778  
Bento Ferreira- Vitória- ES  
CEP:29.050-625 | (27) 3334-4516



  
**Vereador**  
**Davi**  
**ESmael**  
*Deus é a nossa força.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

**Art. 3º** Fica incluído o inciso V ao art. 7º com a seguinte redação:

**"Art. 7º. [...]**

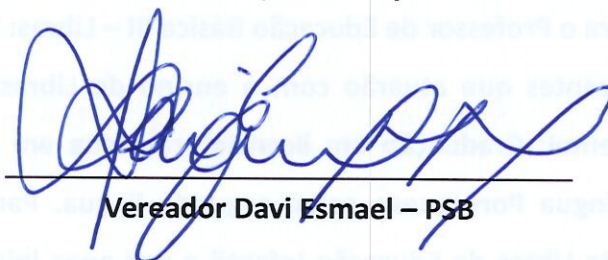
**I - [...]**

**V - PEB III – Libras: Educação Infantil e Ensino Fundamental."**

**Art. 4º** Fica incluído o cargo de Professor de Educação Básica III ( PEB III) – Libras no Anexo I da Lei nº 6.754, de 2006, alterado pela Lei nº 7.860, de 2009, no Grupo Docente com 14 cargos.

**Art. 5º** Fica incluído cargo de Professor de Educação Básica III (PEB III) – Libras no Anexo II da Lei nº 6.754, de 2006, alterado pela Lei nº 7.860, de 2009, no Grupo Docente com a seguinte descrição sumária: Planejar, ministrar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas com alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental, em parceria com os demais profissionais da Unidade de Ensino e Comunidade Escolar, quando necessário, em consonância com o projeto político pedagógico.

Palácio Attílio Vivácqua, 07 de julho de 2016.



Vereador Davi Esmael – PSB

Câmara Municipal de Vitória  
Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1778  
Bento Ferreira- Vitória- ES  
CEP:29.050-625 | (27) 3334-4516



Vereador  
**Davi  
ESmael**  
Deus é a nossa força.





## CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5189	02	

### JUSTIFICATIVA

É notória a necessidade de incluir o cargo de Professor de Libras em todos os setores da sociedade, pois os surdos merecem, como qualquer cidadão, ser tratado com igualdade.

É competência do Executivo tratar tal proposição, entretanto cabe ao Poder Legislativo representar os anseios e necessidades do povo, propondo ao Executivo esta demanda. A inclusão hoje é uma realidade; em todos os setores estão sendo desenvolvidos meios para que Pessoas com Deficiência cada vez mais, possam ser integradas, seja no trabalho, no estudo, no esporte, enfim ter uma vida perfeitamente normal, interagindo com a sociedade.

Ocorre, pois que ele esbarra na decantada responsabilidade fiscal, entre outros possíveis pontos em desacerto com a legalidade, no entanto, temos que ser conscientes e suficientemente inteligentes para questionar a necessidade de tal proposição, eis o campo que este singular Vereador pretende chegar, ou seja, devemos ter em mente a dificuldade que os portadores de deficiência auditiva têm perante a sociedade, que somente existem, para realmente atender o público em geral, neste contexto, existem pessoas que precisam de um olhar amigo e de uma atenção redobrada, como os beneficiados pelo Projeto de Lei em destaque.

Assim, visualizando o bem social, existe pertinência nesta proposição, ressaltando que poderá ser aplicada com presteza pelo Poder Executivo, que não mede esforços para diminuir as desigualdades sociais que teimam em permanecer em nosso município.

Em uma simples reflexão, não é difícil perceber as dificuldades dos portadores de deficiência auditiva de expressarem a sua necessidade. A nossa Capital precisa ter modelo de igualdades, sem qualquer discriminação social, racial e física para mostrar a todos que tem em seu seio a prestação pública com olhos voltados aos realmente necessitados de amparo e de um ombro amigo.

Por derradeiro, contando com a ajuda de todos, para a aprovação do projeto de lei em tela, por considerá-lo como oportunamente correto, de interesse de toda a coletividade e de ampla possibilidade de legalidade.



f DAVIESMAEL    DAVIESMAEL    [www.DAVIESMAEL.COM.BR](http://www.DAVIESMAEL.COM.BR)

Câmara Municipal de Vitória  
Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1778  
Bento Ferreira- Vitória- ES  
CEP:29.050-625 | (27) 3334-4516



Vereador  
**Davi  
ESmael**  
Deus é a nossa força.



Prefeitura Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

## LEI N° 6.754

Institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Servidor do Magistério Público do Município de Vitória.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Esta Lei institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Servidor do Magistério Público do Município de Vitória, fundamentado nas seguintes diretrizes básicas:

- I - ingresso na carreira exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - estímulo ao desenvolvimento profissional;
- III - valorização do desempenho profissional;
- IV - racionalização da estrutura de cargos e carreira;
- V - evolução funcional;
- VI - estabelecimento do piso de vencimento.

**Art. 2º.** A carreira do magistério caracteriza-se pelo desenvolvimento de funções de magistério que visam a consecução dos princípios, dos ideais e dos fins da educação brasileira.

**Art. 3º.** Para os fins desta Lei considera-se:

**I** - servidor do magistério: o servidor legalmente investido em cargo público de provimento efetivo do Quadro do Magistério Público Municipal, pertencente ao Grupo Docente ou Grupo Técnico-pedagógico;

**II** - docente: Grupo de servidores do Magistério que desempenham atribuições de docência e também de planejamento coletivo e individual, avaliação e pesquisa na Unidade de Ensino;

**III** - técnico-pedagógico: Grupo de servidores do Magistério que desempenham atribuições de coordenação, orientação, supervisão, administração, inspeção, planejamento, avaliação e assessoramento em assuntos educacionais, ensino e pesquisa na Unidade de Ensino ou em Centros de Ciências, órgãos e unidades técnicas da Secretaria de Educação;

**IV** - cargo: unidade laborativa com denominação própria, criada por Lei, com número certo, que implica no desempenho, pelo seu titular, de um conjunto de atribuições e responsabilidades;

**V** - carreira: possibilidade oferecida ao servidor do Magistério de se desenvolver, funcional e profissionalmente, através de passagens a classes e graus superiores, dentro da estrutura de cargos;

**VI** - grupo: conjunto de cargos públicos com identidade de atuação e formação;

**VII** - classe: indicativo de cada posição salarial em sentido vertical que o servidor poderá estar enquadrado na Carreira, representado por algarismos romanos;

**VIII** - referência: indicativo de cada posição salarial em sentido horizontal que o servidor poderá estar enquadrado na Tabela de Vencimentos, representado por algarismos arábicos;

**IX** - progressão vertical: passagem do servidor do Magistério de uma Classe para outra superior;

**X** - progressão horizontal: passagem do servidor do Magistério de uma Referência para outra imediatamente superior;

**XI** - vencimento base: retribuição pecuniária devida ao servidor do Magistério pelo efetivo exercício do cargo,

de acordo com a Classe e Referência, e sobre a qual incide o cálculo das vantagens;

**XII** - habilitação específica: qualificação de Classe superior, necessária à atividade de docência e técnico-pedagógica em turmas ou disciplinas específicas, segundo parâmetros da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e regulamentos expedidos pelos órgãos competentes;

**XIII** - hora-aula: tempo atribuído ao professor na atividade docente de efetivo trabalho com os alunos;

**XIV** - hora-atividade: tempo atribuído ao professor para a preparação e avaliação do trabalho didático, às reuniões pedagógicas, ao estudo, à articulação com a comunidade e as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação.

Parágrafo único. Esta Lei adota os demais conceitos constantes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e do Estatuto do Magistério, no que não diferirem dos conceitos definidos neste artigo.

## **CAPÍTULO II**

### **DO QUADRO DO MAGISTÉRIO**

#### **Seção I**

##### **Da Composição do Quadro**

**Art. 4º.** O Quadro do Magistério compreende:

**I** - Grupo Docente, constituído de cargos efetivos de:

- a)** Professor de Educação Básica I (PEB-I);
- b)** Professor de Educação Básica II (PEB-II);
- c)** Professor de Educação Básica III (PEB-III);
- d)** Professor de Educação Básica III (PEB-III)- Dinamizador.

**II** - Grupo Técnico-pedagógico, constituído de cargos efetivos de:

- a)** Professor de Educação Básica IV (PEB IV) - Especialista Educacional;
- b)** Professor de Educação Básica IV (PEB IV) - Coordenador de Turno;

c) Professor de Educação Básica IV (PEB IV) -  
Em função pedagógica.

Parágrafo único. O Quadro do Magistério é  
composto dos cargos constantes do Anexo I.

## **Seção II**

### **Do Ingresso**

**Art. 5º.** O ingresso do servidor no Quadro de  
Cargos do Magistério Público Municipal se dá sempre na Referência  
"1" e na Classe correspondente à sua titulação, sendo:

**I** - Classe I: formação em Nível Médio;

**II** - Classe II: formação em Nível Médio com  
Estudos Adicionais;

**III** - Classe III: formação em Nível Superior  
com Licenciatura Curta;

**IV** - Classe IV: formação em Nível Superior  
com Licenciatura Plena;

**V** - Classe V: pós-graduação, devidamente  
reconhecida pelo MEC, obtida em curso de especialização, com  
duração mínima de 360 horas, com aprovação de monografia;

**VI** - Classe VI: mestrado em educação ou área  
de conhecimento correlata/afim ao desempenho de suas atribuições,  
reconhecido pelo MEC, com defesa e aprovação de dissertação;

**VII** - Classe VII: doutorado em educação ou  
área de conhecimento correlata/afim ao desempenho de suas  
atribuições, reconhecido pelo MEC, com defesa e aprovação de tese.

§ 1º. Excetua-se o disposto no caput as  
Classes I e II, cujo ingresso será, respectivamente, nas  
referências 05 e 03.

**Art. 6º.** Os cargos do Quadro de Cargos do  
Magistério Público Municipal de Vitória são providos exclusivamente  
por concurso público de provas e títulos, exigindo-se, além dos  
previstos na legislação pertinente:

**I** - para o Professor de Educação Básica I:  
Licenciatura Plena em Pedagogia para a educação infantil ou Normal  
Superior;

**II** - para o Professor de Educação Básica II: Licenciatura Plena em Pedagogia para as séries iniciais ou Normal Superior;

**III** - para o Professor de Educação Básica III: Licenciatura Plena, com habilitação específica em área própria de atuação na Educação Básica;

**IV** - para o Professor de Educação Básica III - Dinamizador: Licenciatura Plena nas áreas de educação física e artes (em suas diversas formas de linguagem), com atuação na Educação Infantil;

**V** - para o Professor de Educação Básica IV - Especialista Educacional: licenciatura Plena em área do magistério e pós-graduação "stricto sensu" na área da educação.

**VI** - para o Professor de Educação Básica IV - Em função pedagógica: Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar, Orientação Educacional, Administração Escolar, Inspeção Escolar ou Gestão Escolar, ou Licenciatura Plena em Pedagogia com curso de formação de especialistas em nível de pós-graduação "lato-sensu" - especialização;

**VII** - para o Professor de Educação Básica IV - Coordenador de Turno: Licenciatura Plena na área do Magistério.

Parágrafo único. Os concursos públicos para o provimento de cargos do Quadro do Magistério Público Municipal serão voltados para suprir as necessidades da Educação Básica do Município de Vitória, podendo destinar vagas para habilitações específicas, respeitados os requisitos mínimos definidos nesta Lei.

### **Seção III**

#### **Das Atribuições**

**Art. 7º.** As atribuições dos cargos do Grupo Docente devem ser desempenhadas nos seguintes campos de atuação:

**I** - PEB-I: Educação Infantil;

**II** - PEB-II: Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano;

**III** - PEB-III:

**a)** Ensino Fundamental:

1 - disciplinas de Educação Física e Artes, do 1º ao 9º ano;

2 - Professor de Informática Educativa, do 1º ao 9º ano;

3 - demais disciplinas específicas do 6º ao 9º ano.

b) SEME/CENTRAL - Professor de Música, Ciências Sociais e Filosofia, como Coordenador de Projetos;

IV - PEB-III - Dinamizador: Educação Infantil, como Professor Dinamizador, nas áreas de artes e educação física.

Parágrafo único. As atribuições descritas neste artigo podem ser desempenhadas no Ensino Regular, na Educação Especial ou na Educação de Jovens e Adultos, essa última, com exceção do PEB I e PEB III - Professor Dinamizador.

**Art. 8º.** As atribuições dos cargos do Grupo Técnico-Pedagógico consistem em atividades de coordenação, supervisão, orientação, inspeção, planejamento, e gestão educacional, voltados a organizar o serviço público de oferta da educação básica e devem ser desempenhadas nos seguintes campos de atuação:

I - Professor de Educação Básica IV (PEB IV)  
- Especialista Educacional;

II - Professor de Educação Básica IV (PEB IV)  
- Coordenador de Turno;

III - Professor de Educação Básica IV (PEB IV) - Em função pedagógica.

**Art. 9º.** A denominação dos cargos e a descrição sumária de suas atribuições constam do Anexo II.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo Municipal editará Decreto com detalhamento das atribuições dos cargos do Magistério constante do Anexo II.

#### **Seção IV**

#### **Da Remuneração**

**Art. 10.** O servidor do magistério será remunerado de acordo com a Tabela de Vencimentos constantes do Anexo III, conforme o seu enquadramento, sua jornada e a Evolução Funcional, observado o disposto no artigo seguinte.

Parágrafo único. A Tabela de Vencimentos do Anexo III está fixada de acordo com as jornadas de 25 e 40 horas semanais.

**Art. 11.** A maior remuneração, a qualquer título, atribuída aos servidores do Magistério, obedecerá estritamente ao disposto no Art. 37, XI, da Constituição Federal, sendo imediatamente reduzido àquele limite quaisquer valores percebidos em desacordo com essa norma, não se admitindo, neste caso, a invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA JORNADA**

##### **Seção I**

##### **Da composição da jornada**

**Art. 12.** A jornada de trabalho do servidor do Magistério será de 25 ou de 40 horas semanais.

§ 1º. Para os cargos de PEB-I, PEB-II e PEB-III a jornada terá a seguinte composição:

**I** - atuando na Educação Infantil, com 20% de hora-atividade destinado ao trabalho pedagógico individual e/ou coletivo;

**II** - atuando no Ensino Fundamental com 25% de hora-atividade destinado ao trabalho pedagógico individual e/ou coletivo.

§ 2º. A jornada de trabalho será definida em edital de concurso e poderá ser alterada mediante a necessidade do serviço e interesse público.

§ 3º. Para efeito de cálculo, serão consideradas:

I - para a jornada de trabalho de 25 (vinte e cinco) horas semanais: 125 (cento e vinte e cinco) horas mensais ou 05 (cinco) horas diárias;

II - para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais: 200 (duzentas) horas mensais ou 08 (oito) horas diárias.

**Art. 13.** As horas-atividades de Trabalho Pedagógico Coletivo destinam-se a:

I - atuação com a equipe escolar em grupos de formação permanente e reuniões pedagógicas;

II - construção, implementação, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da Unidade de Ensino;

III - formação ou aperfeiçoamento profissional;

IV - atividades pertinentes à Unidade de Ensino e/ou à Secretaria de Educação;

V - intercâmbio interescolar e de socialização de pesquisas.

**Art. 14.** As horas-atividades de Trabalho Pedagógico Individual destinam-se a:

I - pesquisa e seleção de material pedagógico;

II - preparação de aulas;

III - avaliação de trabalhos/produções dos alunos.

## **Seção II**

### **Da Carga Suplementar de Trabalho do Magistério**

**Art. 15.** Entende-se por Carga Suplementar de Trabalho do Magistério (CSTM) as horas de trabalho prestadas pelos servidores do Magistério que excederem às horas da jornada regular de trabalho.

§ 1º. A Carga Suplementar de Trabalho do Magistério será constituída a partir de horas remanescentes da constituição da jornada regular de trabalho dos servidores do Magistério.

§ 2º. A retribuição pecuniária pela hora prestada, a título de Carga Suplementar de Trabalho do Magistério, corresponderá ao valor-hora do vencimento base em que o servidor estiver enquadrado.

**Art. 16.** A Carga Suplementar de Trabalho do Magistério corresponde a:

- I - hora/aula;
- II - hora/atividade;
- III - trabalho em função técnico-pedagógica.

Parágrafo único É da competência do Secretário Municipal de Educação autorizar a Jornada de Trabalho Suplementar.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL**

##### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

**Art. 17.** A evolução funcional do servidor do Magistério ocorrerá mediante as seguintes formas:

- I - progressão vertical;
- II - progressão horizontal.

**Art. 18.** Fica instituída, no âmbito da Secretaria de Educação, uma Comissão Técnica de Evolução Funcional do Magistério, a ser nomeada pelo titular da pasta.

§ 1º. Compete à Comissão Técnica de Evolução Funcional do Magistério:

- I - acompanhar os processos referentes à Evolução Funcional e de Avaliação de Desempenho;
- II - avaliar os documentos comprobatórios dos cursos que se pretende utilizar para fins de Evolução Funcional;
- III - julgar os recursos do servidor efetivo do Magistério referentes à Avaliação de Desempenho, quanto a vícios formais do processo.

§ 2º. A Comissão Técnica de Evolução Funcional do Magistério poderá, a qualquer tempo, no julgamento de recursos, utilizar-se das informações existentes sobre o servidor do Magistério avaliado, bem como solicitar das unidades e chefias, se necessário, a revisão das informações, a fim de corrigir erros e/ou omissões.

**Art. 19.** As regras para o processo e julgamento do recurso referido no inciso III do artigo anterior constituirão objeto de regulamentação.

**Art. 20.** Compete ao Secretário Municipal de Educação regulamentar os trabalhos da Comissão Técnica de Evolução Funcional do Magistério.

Parágrafo único. A Comissão Técnica de Evolução Funcional do Magistério será composta de forma paritária, de acordo com o artigo 38 da Lei Orgânica do Município de Vitória.

## **Seção II**

### **Da Progressão Vertical**

**Art. 21.** A Progressão Vertical é a passagem de uma Classe para outra superior, mantida a Referência, mediante apresentação de habilitação profissional.

§ 1º. A Progressão Vertical é requerida pelo servidor do Magistério à unidade de administração de pessoal da Secretaria de Educação, mediante apresentação de comprovante da habilitação profissional em instituição reconhecida pelo MEC.

§ 2º. A Progressão Vertical ocorrerá duas vezes no ano, retroagindo seus efeitos a data de sua protocolização, sendo:

I - até 1º de setembro para os servidores que requererem até 31 de março;

II - até 1º de janeiro para os servidores que requererem até 31 de agosto.

§ 3º. A Progressão Vertical não impede o processo de Progressão Horizontal a que o servidor tiver direito.

§ 4º. Um mesmo título, diploma ou certificado não pode servir de documento para a Progressão Vertical e para a Progressão Horizontal.

**Art. 22.** Está habilitado à Progressão Vertical o servidor do Magistério:

I - em efetivo exercício na Secretaria de Educação;

II - nomeado para cargo comissionado ou designado para função de confiança no âmbito do Município de Vitória;

III - em exercício de mandato sindical ou eletivo;

IV - que não tiver sofrido pena disciplinar de suspensão ou multa nos últimos 03 (três) anos;

V - que cumprir as exigências definidas no artigo 5º desta Lei.

### Seção III

#### Da Progressão Horizontal

**Art. 23.** A Progressão Horizontal é a passagem de uma Referência para outra imediatamente superior, mantida a Classe, e ocorrerá:

I - por merecimento e desempenho, a cada triênio, mediante critérios de apresentação de comprovantes de participação em cursos e/ou eventos de qualificação profissional e de avaliação de desempenho, a ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo;

II - por antigüidade, a cada quadriênio.

**Art. 24.** O processo de Progressão Horizontal ocorrerá anualmente, considerando-se habilitado o servidor do Magistério:

I - estável;

II - que não tiver sofrido pena disciplinar de suspensão ou multa nos últimos 03 (três) anos;

III - que tiver cumprido o interstício de 03 (três) anos na Referência em que se encontra, quando se tratar da

progressão por merecimento e desempenho, referida no inciso I do artigo anterior.

**IV** - que tiver cumprido o interstício de 04 (quatro) anos, quando se tratar de progressão por antigüidade, referida no inciso II do artigo anterior;

**V** - que não estiver em laudo médico definitivo, excetuando-se para a progressão por antigüidade;

**VI** - os que não estiverem em licença para tratamento de interesses particulares.

§ 1º. Para efeito do cumprimento do interstício relativo ao triênio são considerados como interrupção de exercício os afastamentos das atribuições específicas do magistério, exceto aqueles para exercer cargo em comissão ou função gratificada na administração municipal de Vitória, exercer funções em órgãos, conselhos, comissões pertinentes ao Sistema Municipal de Educação de Vitória, exercer mandato em entidade representativa de classe e afastamento para tribunal do júri.

## **CAPÍTULO V**

### **DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO MAGISTÉRIO**

**Art. 25.** Fica instituído o Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério, com a finalidade de aprimoramento dos métodos de gestão, valorização do Servidor do Magistério, melhoria da qualidade e eficiência do serviço público e para fins de evolução funcional.

Parágrafo único. Compete à Secretaria de Educação a gestão do Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério.

**Art. 26.** O Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério é composto por:

**I** - Avaliação Especial de Desempenho, utilizada para fins de aquisição da estabilidade no serviço público, conforme o Art. 41, § 4º da Constituição Federal, e para fins da primeira evolução funcional;

**II** - Avaliação Periódica de Desempenho, realizada anualmente para fins de evolução funcional.

**Art. 27.** A Avaliação Especial de Desempenho regulamentada por Lei Complementar Municipal será utilizada para fins da primeira Evolução Funcional do Servidor do Magistério.

**Art. 28.** A Avaliação Periódica de Desempenho se constitui em um processo sistemático de aferição do desempenho do servidor do Magistério e será utilizada para fins de programação de ações de formação permanente e como critério para a evolução funcional, compreendendo:

- I - evolução da qualificação;
- II - avaliação de competências;
- III - assiduidade.

§ 1º. Na Avaliação de Competências considerar-se-á a identificação de conhecimentos, habilidades e atitudes, exigidas para o bom desempenho do cargo, para o cumprimento do Planejamento Estratégico da Secretaria de Educação e do Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino.

§ 2º. A Avaliação Periódica de Desempenho para os servidores em exercício de mandato em entidade representativa de classe compreenderá de análise da evolução da qualificação e de assiduidade.

§ 3º. O Sistema de Avaliação Periódica de Desempenho será regulamentado por Decreto no prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação desta Lei.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

#### **Seção I**

#### **Do Enquadramento**

**Art. 29.** Ficam os cargos alterados e renomeados na conformidade do Anexo IV desta Lei, passando os cargos de provimento efetivo constantes da coluna "Situação Atual" denominados conforme coluna "Situação Nova".

**Art. 30.** Os atuais ocupantes dos cargos da área de magistério são enquadrados:

**I** - nos cargos definidos pelo Anexo IV, considerando o cargo ocupado na data da publicação desta Lei;

**II** - na Classe correspondente à titulação obtida até a data da publicação desta Lei;

**III** - na Referência correspondente ao enquadramento atual do servidor do Magistério conforme tabela de correlação do Anexo V.

§ 1º Caso o vencimento decorrente das regras de enquadramento acima dispostas seja inferior ao percebido pelo servidor do Magistério, ele será enquadrado na Referência correspondente ao vencimento atual ou, não sendo possível, naquela imediatamente superior.

§ 2º. Após a aplicação das regras do "caput" deste artigo, terão o benefício de mais uma Referência no enquadramento os servidores que, na data da publicação desta Lei, cumprirem cumulativamente os seguintes requisitos:

**I** - ocuparem na data da publicação desta Lei os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino "A" e Professor de Ensino "B", Berçarista, Assistente Técnico de Direção e Secretário Escolar;

**II** - tiverem sido admitidos até o dia 10 de dezembro de 2001;

**III** - não tiverem sido reclassificados pela Lei n.º 5.435, de 10 de dezembro de 2001;

**IV** - não forem enquadrados na última Referência da Classe a que pertencem, segundo as regras de enquadramento desta Lei.

§ 3º. Aos servidores que tiveram a sua aposentadoria ou pensão concedida até 31 de dezembro de 2003 e para os aposentados com base nos Arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional 41/2003, bem como os aposentados e pensionistas com base no Art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, fica assegurado o enquadramento na forma dos incisos I, II e III do caput deste Art. e § 1º, como também o benefício previsto no § 2º e seus incisos.

**Art. 31.** O prazo para o enquadramento dos servidores do magistério é de até 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Lei, sendo seu efeito retroativo a 01 de setembro de 2006.

**Art. 32.** Aplicam-se as regras de enquadramento previstas nesta Lei aos candidatos habilitados em concurso público da carreira do magistério que esteja em andamento na data da sanção desta Lei.

## **Seção II**

### **Do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério**

**Art. 33.** O Quadro Suplementar de Cargos do Magistério é o constante do Anexo VI desta Lei, ao qual aplicam-se as normas deste Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

§ 1º. Os cargos do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério extinguem-se na vacância.

§ 2º. Os servidores do Magistério que integram o Quadro Suplementar de Cargos do Magistério serão remunerados pela Tabela de Vencimentos do Anexo III.

§ 3º. Os servidores referidos no parágrafo anterior estarão sujeitos às jornadas definidas no artigo 12 desta Lei.

§ 4º. O enquadramento no Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal dar-se-á mediante os mesmos critérios aplicados aos demais servidores integrantes da carreira do magistério.

## **Seção III**

### **Das Disposições Gerais**

**Art. 34.** Os atuais docentes que, em virtude desta Lei, forem enquadrados no cargo de PEB II e estiverem em exercício na Educação Infantil na data da publicação desta Lei, terão o direito de permanecer nesse âmbito de atuação atendendo alunos em suas diversas faixas etárias, até que seja feita a opção irretratável de atuação no Ensino Fundamental.

**Art. 35.** Fica garantida aos ocupantes do cargo de Professor de Educação Básica I - PEB I, a ampliação gradativa do número de horas-atividades de trabalho pedagógico coletivo/individual, até o exercício de 2009.

**Art. 36.** Aos profissionais que até 31.12.2006, tiverem cumprido 12 (doze) meses relativos à última progressão por antiguidade, e 18 (dezoito) meses relativos à última progressão por merecimento, fica assegurada 01 (uma) progressão a partir da data em que completarem o tempo para receber esses benefícios, com base nos critérios previstos na Lei nº 4.264, de 1995.

**Art. 37.** A primeira Avaliação de Desempenho ocorrerá em 2009 e a primeira progressão por merecimento e desempenho acontecerá em 2010, com efeitos retroativos a data em que o servidor tenha completado o triênio, excetuando-se o tempo contado conforme o artigo 36.

**Art. 38.** Os contratados temporariamente serão remunerados na Referência inicial da Classe correspondente à habilitação da qual são portadores, conforme artigo 5º desta Lei.

Parágrafo único. Não se aplicam aos contratos temporários as regras de evolução funcional.

**Art. 39.** As disposições desta Lei são extensivas aos empregados públicos do magistério.

§ 1º. Fica vedada a reposição de servidores em empregos públicos.

§ 2º. Os atuais empregos públicos ocupados serão, em sua vacância, transformados em cargos públicos correspondentes para efeito de novo provimento.

**Art. 40.** As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

**Art. 41.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 42.** Fica revogada a Lei nº 4.264, de 26 de outubro de 1995.

Palácio Jerônimo Monteiro, 16 de novembro de 2006.

João Carlos Coser  
Prefeito Municipal

Ref.Proc.5243877/06  
/stn

**ANEXO I**  
**QUADRO DE CARGOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**  
**a que se refere ao Parágrafo único do Art. 4º da Lei nº 6.754**

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	QTDE	GRUPO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I - PEB I	700	DOCENTES
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II - PEB II	1500	DOCENTES
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - PEB III	1640	DOCENTES
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - PEB III - DINAMIZADOR	160	DOCENTES
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA IV - PEB IV - ESPECIALISTA EDUCACIONAL	10	PROFISSIONAL EM FUNÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA IV - PEB IV - COORDENADOR DE TURNO	280	PROFISSIONAL EM FUNÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA IV - PEB IV - EM FUNÇÃO PEDAGÓGICA	450	PROFISSIONAL EM FUNÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

**ANEXO II**  
**DESCRIÇÃO DE CARGOS E ATRIBUIÇÕES**  
a que se refere o Art. 9º da Lei nº 6.754

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	GRUPO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I - PEB I	Planejar, ministrar, acompanhar e avaliar, em consonância com o projeto político-pedagógico, as atividades pedagógicas desenvolvidas com alunos do Ensino Infantil, em parceria com os demais profissionais da Unidade de Ensino e comunidade escolar, quando necessário.	DOCENTES
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II - PEB II	Planejar, ministrar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas com alunos, em parceria com os demais profissionais da Unidade de Ensino e comunidade escolar, quando necessário, em consonância com o projeto político-pedagógico.	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - PEB III	Planejar, ministrar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas com alunos, em parceria com os demais profissionais da Unidade de Ensino e comunidade escolar, quando necessário, em consonância com o projeto político-pedagógico.	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - PEB III - DINAMIZADOR	Planejar, ministrar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas com alunos do Ensino Infantil, em parceria com os demais profissionais da Unidade de Ensino e comunidade escolar, quando necessário, em consonância com o projeto político-pedagógico.	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA IV - PEB IV - ESPECIALISTA EDUCACIONAL	Assessorar a Secretaria Municipal de Educação, no que se refere a melhoria dos métodos, processos, pesquisas, monitoramento do ensino aprendizagem e outros aspectos referentes a sua área de atuação, oferecendo subsídios e informações, bem como garantido a memória e continuidade dos programas do Sistema Municipal de Educação.	PROFISSIONAL EM FUNÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA IV - PEB IV - COORDENADOR DE TURNO	Coordenar técnica e administrativamente as atividades relacionadas com a organização e o funcionamento da Unidade de Ensino. Participar junto aos demais profissionais, alunos e comunidade escolar, das atividades pedagógicas desenvolvidas em consonância com o projeto político-pedagógico.	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA IV - PEB IV - EM FUNÇÃO PEDAGÓGICA	Coordenar a implementação de atividades técnico-pedagógicas, visando a promoção de melhor qualidade no processo de ensino aprendizagem. Promover em parceria com os demais profissionais, alunos e comunidade escolar, as atividades pedagógicas desenvolvidas em consonância com o projeto político-pedagógico.	

**ANEXO III**  
**TABELAS DE VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO**  
a que se refere o Art. 10 da Lei nº 6.754

JORNADA		REFERÊNCIAS												
DA	CLASSE	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13
25 HORAS	I	647,80	680,19	714,20	749,91	787,40	826,78	868,11	911,52	957,10	1.004,95	1.055,20	1.107,96	1.163,36
	II	748,01	785,41	824,68	865,92	909,21	954,67	1.002,41	1.052,53	1.105,16	1.160,41	1.218,43	1.279,36	1.343,32
	III	929,72	976,20	1.025,01	1.076,27	1.130,08	1.186,58	1.245,91	1.308,21	1.373,62	1.442,30	1.514,41	1.590,13	1.669,64
	IV	1.168,44	1.226,86	1.288,20	1.352,61	1.420,24	1.491,26	1.565,82	1.644,11	1.726,31	1.812,63	1.903,26	1.998,42	2.098,35
	V	1.280,23	1.344,24	1.411,45	1.482,03	1.556,13	1.633,94	1.715,63	1.801,41	1.891,48	1.986,06	2.085,36	2.189,63	2.299,11
	VI	1.412,20	1.482,81	1.556,95	1.634,80	1.716,54	1.802,36	1.892,48	1.987,11	2.086,46	2.190,79	2.300,32	2.415,34	2.536,11
	VII	1.538,46	1.615,38	1.696,15	1.780,96	1.870,00	1.963,50	2.061,68	2.164,76	2.273,00	2.386,65	2.505,98	2.631,28	2.762,85
40 HORAS	I	1.036,48	1.088,30	1.142,72	1.199,86	1.259,85	1.322,84	1.388,98	1.458,43	1.531,35	1.607,92	1.688,32	1.772,73	1.861,37
	II	1.196,82	1.256,66	1.319,49	1.385,47	1.454,74	1.527,48	1.603,85	1.684,05	1.768,25	1.856,66	1.949,49	2.046,97	2.149,32
	III	1.487,55	1.561,93	1.640,02	1.722,03	1.808,13	1.898,53	1.993,46	2.093,13	2.197,79	2.307,68	2.423,06	2.544,22	2.671,43
	IV	1.869,50	1.962,98	2.061,12	2.164,18	2.272,39	2.386,01	2.505,31	2.630,57	2.762,10	2.900,21	3.045,22	3.197,48	3.357,35
	V	2.048,37	2.150,79	2.258,33	2.371,24	2.489,81	2.614,30	2.745,01	2.882,26	3.026,38	3.177,69	3.336,58	3.503,41	3.678,58
	VI	2.259,52	2.372,50	2.491,12	2.615,68	2.746,46	2.883,78	3.027,97	3.179,37	3.338,34	3.505,26	3.680,52	3.864,55	4.057,77
	VII	2.461,53	2.584,61	2.713,84	2.849,53	2.992,01	3.141,61	3.298,69	3.463,62	3.636,80	3.818,64	4.009,57	4.210,05	4.420,55

**ANEXO IV**  
**QUADRO SITUAÇÃO ATUAL / NOVA**  
a que se refere o Art. 29 da Lei nº 6.754

<b>DENOMINAÇÃO DOS CARGOS</b>	
<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>	<b>SITUAÇÃO NOVA</b>
PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL - MAPI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I - PEB I
PROFESSOR DE ENSINO A - MAPA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II - PEB II
PROFESSOR DE ENSINO B - MAPB	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - PEB III
PROFESSOR DE ENSINO B - INFORMÁTICA	
PROFESSOR DE ENSINO B - DINAMIZADOR	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - PEB III - DINAMIZADOR
PROFESSOR ESPECIALISTA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA IV - PEB IV - ESPECIALISTA EDUCACIONAL
ASSISTENTE TÉCNICO DE DIREÇÃO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA IV - PEB IV - COORDENADOR DE TURNO
PROFESSOR DE ENSINO B - MAPP	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA IV - PEB IV - EM FUNÇÃO PEDAGÓGICA

**ANEXO V**  
**TABELA DE CORRELAÇÃO DE REFERÊNCIAS**  
 a que se refere ao inciso III Art. 30 da Lei nº 6.754

CLASSE I		CLASSE II		CLASSE III A VII	
REFERÊNCIAS		REFERÊNCIAS		REFERÊNCIAS	
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
1	-	1	-	1	-
2	-	2	-	2	-
3	-	3	-	3	-
4	-	4	-	4	1
5	-	5	-	5	2
6	-	6	3	6	3
7	-	7	4	7	4
8	5	8	5	8	5
9	6	9	6	9	6
10	7	10	7	10	7
11	8	11	8	11	8
12	9	12	9	12	9
13	10	13	10	13	10
14	11	14	11	14	11
15	12	15	12	15	12
16	13	16	13	16	13

ANEXO VI  
QUADRO SUPLEMENTAR DE CARGOS DO MAGISTÉRIO  
a que se refere o Art. 33 da Lei nº 6.754

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	PROVIDOS
BERÇARISTA	56
ORIENTADOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1
SECRETÁRIO ESCOLAR	35



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5189	15	DR

INCLUIDO NO EXPEDIENTE

Em, 12 / 7 / 16

INCLUA-SE EM PAUTA PARA  
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em, 13 / 7 / 16

Presidente da Câmara

PAUTADO EM 1 DISCUSSÃO

Em, 13 / 7 / 16

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 2 DISCUSSÃO

Em, 14 / 7 / 16

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 3 DISCUSSÃO

Em, 19 / 7 / 16

PRESIDENTE DA CÂMARA

AO SAC (SERVICO DE APOIO ÀS COMISSÕES)  
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO  
ÀS COMISSÕES ABAIXO

- 1) Justiça
- 2) Assessoria
- 3) \_\_\_\_\_
- 4) \_\_\_\_\_

EM 22/7/2016

DIRETOR DEL



**Sullivan Manola**  
Diretor do Depto. Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

**COMISSÃO DE JUSTIÇA**

Ao Sr. Vereador Fabrizio

Gandini para relatar

Em 22/07/2016



**Rogerinho Pinheiro**  
Vereador - PHS  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Presidente

AO SAC,

com parecer em anexo.

Em 18/08/2016



**Fabrizio Gandini**  
Vereador - PPS  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROCESSO Nº: 5189/2016

PROJETO DE LEI Nº: 168/2016

PROCEDÊNCIA: DAVI ESMAEL

EMENTA: INCLUI O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – LIBRAS NA LEI Nº 6.754, DE 2006.

### **PARECER**

#### **I – RELATÓRIO:**

O presente projeto de Lei, de autoria do Vereador Davi Esmael, que inclui o cargo de professor de educação básica III - libras na Lei nº 6.754, de 2006.

Em atendimento ao disposto no artigo 202 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a propositura esteve em pauta por três sessões ordinárias, sem apresentação de emenda, e foi recebida em nosso gabinete para emissão de parecer.

## II – VOTO DO RELATOR:

O referido Projeto de Lei, de iniciativa do Vereador, de acordo com o artigo 182 da Resolução 1919/14, visa incluir o cargo de professor de educação básica III – libras em todos os setores da sociedade.

Após análise técnica especializada quanto aos aspectos legais da proposição no sentido de que a mesma encontra-se de acordo com os ditames constitucionais e legais pertinentes à matéria e, em atendimento ao art. 61 da Resolução 1919/14, opinamos pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** do Projeto de Lei nº 168/2016

É o parecer.

Palácio Atílio Vivácqua, 17 de agosto de 2016

**Fabício Gandini**  
Vereador – PPS  
Comissão de Justiça

Proc. 5189/2016

Matéria : C.Just. - Processo nº 5189/2016 - PL 168/2016  
Autoria : Relator: Vereador Fabricio Gandini

Reunião:

Comissão de Juitça

Data :

01/09/2016 - 15:19:07 às 15:19:39

Tipo :

Nominal

Turno :

Parecer

Quorum :

Total de Presentes : 3 Parlamentares

N.Ordem Nome do Parlamentar

17 Davi Esmael

18 Luiz Emanuel

23 Rogerinho

Partido

PSB

PPS

PHS

Voto

Sim

Sim

Sim

Horário

15:19:11

15:19:14

15:19:12

Totais da Votação :

SIM  
3

NÃO  
0

TOTAL  
3

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	TRABALHO
5189	18	B



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5109	19	AB

do Juador Luiz Emanuel, para designar  
Relator na Comissão de Educação

0m, 05/09/16

S. AC

do SAC,

Adoto o presente projeto de lei para elabora-  
ção de parecer.

Vitória, 10 de outubro de 2016



Câmara Municipal de Vitória

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5189	20	8

VEREADOR  
**LUIZ EMANUEL**

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Processo: 5189/2016

Projeto de Lei: 168/2016

Autor: Davi Esmael

Ementa: Dispõe sobre inclusão do cargo de Professor de Educação Básica III – Libras na Lei 6.754 de 2006.

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise visa dispor sobre inclusão do cargo de Professor de Educação Básica III – Libras na Lei 6.754 de 2006..

O projeto foi recebido para emissão de parecer em nosso gabinete no dia 5 de setembro de 2016.


### II – PARECER

Após análise do Projeto de Lei em questão, concluímos a iniciativa é louvável o que nos faz manifestar nosso voto a seguir.

### III – VOTO

Desta sorte, é que se entende pela APROVAÇÃO do projeto de lei em apreço.

Palácio Atílio Vivácqua, 10 de outubro de 2016.

  
**LUIZ EMANUEL ZOUAIN DA ROCHA**  
Comissão de Educação - Relator

Matéria : Educ. - Processo nº 5189/2016 - PL 186/2016  
Autoria : Relator: Vereador Luiz Emanuel

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5189	21	&

Reunião : Comissão de Educação  
Data : 19/10/2016 - 14:13:03 às 14:13:35  
Tipo : Nominal  
Turno : Parecer

Quorum :

Total de Presentes : 2 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar
18	Luiz Emanuel
21	Vinicius Simões

Partido	Voto
PPS	Sim
PPS	Sim

Horário
14:13:21
14:13:21

Totais da Votação :

SIM	NÃO
2	0

TOTAL  
2



PRESIDENTE

SECRETÁRIO



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
5189	22	A3

À Sr. (a): Galvêa Binda  
para providenciar a extração do avulso.

Em, 20/10/16

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em, 20/10/16

Galvêa Binda  
ASSINATURA

  
Kiany Ferreira Damascena Silva  
Coordenadora das Comissões  
Matr.: 6553  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
5189	23	qlo

**Câmara Municipal de Vitória**  
**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**

**299/2016**

<b>PROCESSO</b>	5189/2016.
<b>PROJETO DE LEI</b>	168/2016.
<b>EMENTA</b>	Inclui o cargo de Professor de Educação Básica III - Libras na Lei nº 6.754, de 2006.
<b>INICIATIVA</b>	Davi Esmael.
<b>PARECER</b>	Comissão de Constituição e Justiça - Pela Constitucionalidade. Comissão de Educação - Pela Apropriação



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
5189	24	gb

INCLUA-SE EM PAUTA DA ORDEM DO DIA

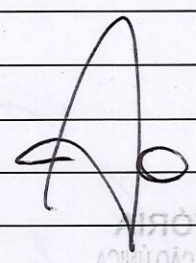
EM, 13/12/16

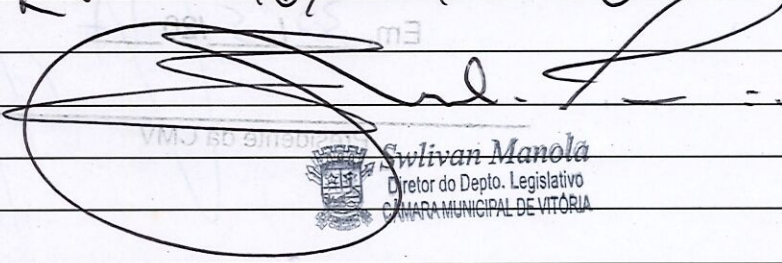
  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

APROVADO  
REQUERIMENTO DE ADIAMENTO  
PELO VEREADOR carlos Davi Esmael

EM, 13/12/16

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

  
Ao Gabinete do Vereador  
Davi Esmael  
Em 16/12/2016

  
\_\_\_\_\_  
Sullivan Manola  
Diretor do Depto. Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Devolvo a matéria para regular  
tramitação.

  
\_\_\_\_\_  
Davi Esmael  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

João Vitor Damião, com  
a devida tramitação regularizada, em 08/03/17

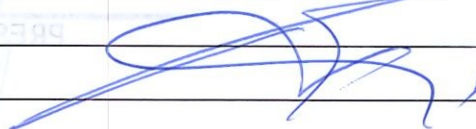
SAC

Am

Devolvo a matéria para regular  
tramitação.

Em,

22/03/2017



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA  
AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO

Em, 30/5/2017

  
\_\_\_\_\_  
Presidente da CMV

Ao Sr.(Sra.), Redo Enolich Santos  
Para extração do Autógrafo de Lei e  
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em 02/06/2017

  
\_\_\_\_\_  
Diretor DEL

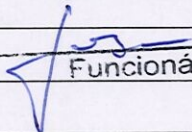


**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**SR. DIRETOR**

Após as formalidades legais informo a  
V.S<sup>a</sup>. que o presente processo encontra-se em  
condições de ARQUIVAMENTO.

Em, 12/02/12

  
\_\_\_\_\_  
Funcionário

Matéria : Projeto de Lei nº 168/2017  
Autoria : Davi Esmael

Reunião : 44º Sessão Ordinária  
Data : 30/05/2017 - 17:53:45 às 17:54:12  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum :  
Total de Presentes : 15 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
35	Cleber Felix	PP	Sim	17:53:57
33	Dalto Neves	PTB	Sim	17:53:53
17	Davi Esmael	PSB	Sim	17:53:51
29	Denninho Silva	PPS	Sim	17:53:50
37	Duda Brasil	PDT	Sim	17:53:53
30	Leonil	PPS	Sim	17:53:50
24	Luiz Paulo Amorim	PV	Sim	17:53:56
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	17:53:56
31	Nathan Medeiros	PSB	Sim	17:53:56
11	Neuzinha	PSDB	Sim	17:53:54
34	Roberto Martins	PTB	Sim	17:53:56
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	17:53:56
21	Vinicius Simões	PPS	Não Votou	
36	Waguinho Ito	PPS	Sim	17:53:53
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	17:53:56

Totais da Votação :

SIM 14  
NÃO 0

TOTAL  
14

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OF.PRE. AUT. Nº 091

Vitória, 05 de Junho de 2017.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a Vossa Excelência o **Autógrafo de Lei nº 10.856/2017**, referente ao **Projeto de Lei nº 168/2016**, de autoria do **Vereador Davi Esmael**, aprovado em Sessão Ordinária realizada no dia 30 de Maio de 2017.

Atenciosamente,

Vinícius Simões  
**PRESIDENTE**

Exmo. Sr.  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal de Vitória  
NESTA

Processo: **3259130/2017** Prioridade: **EXPRESSA**  
Data: 07/06/2017 Hora: 12:30  
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL  
Assunto: AUTÓGRAFO DE LEI

Documento: OFICIO - 091  
Destino: **SEGOV/SUB-RI**  
Volume: 01/01





**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

**AUTÓGRAFO DE LEI N° 10.856**

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei n° 168/2016**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

**Inclui o cargo de Professor de Educação Básica III - Libras na Lei n° 6.754, de 2006.**

**Art. 1°.** Fica incluída alínea "e" ao inciso I do art. 4° com a seguinte redação:

"Art. 4°. [...]

I- [...]

e) Professor de Educação Básica III (PEB III) - Libras" (NR)

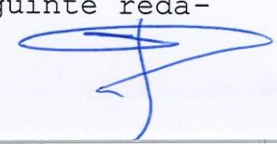
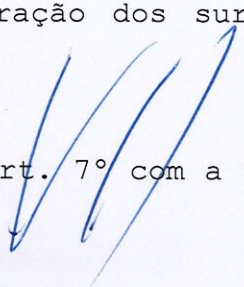
**Art. 2°.** Fica incluído o inciso VIII ao art. 6° com a seguinte redação:

"Art. 6° [...]

I- [...]

VIII- Para o Professor de Educação Básica III - Libras: Ser comprovadamente surdo. Para docentes que atuarão com o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental: Graduação em licenciatura plena em: libras ou em letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Para docentes que atuarão no ensino de Libras da educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Graduação em Pedagogia e curso complementar com certificado PROLIBRAS ou curso de formação de instrutores de libras, com no mínimo 120 horas, promovido por instituições de ensino superior ou instituições credenciadas pelas secretarias de educação ou federação nacional de educação e integração dos surdos - FENEIS. (NR)

**Art. 3°.** Fica incluído o inciso V ao art. 7° com a seguinte redação:





**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

"Art. 7º. [...]

I- [...]

V- PEB III - Libras: Educação Infantil e Ensino Fundamental.

**Art. 4º.** Fica incluído o cargo de Professor de Educação Básica III (PEB III) - Libras no Anexo I da Lei 6.754, de 2006, alterado pela Lei nº 7.860, de 2009, no Grupo Docente com 14 cargos.

**Art. 5º.** Fica incluído cargo de Professor de Educação Básica III (PEB III) - Libras no Anexo II da Lei 6.754, de 2006, alterado pela Lei nº 7.860, de 2009, no Grupo Docente, com a seguinte descrição sumária: Planejar, ministrar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas com alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental, em parceria com os demais profissionais da Unidade de Ensino e Comunidade Escolar, quando necessário, em consonância com o projeto político pedagógico.

Palácio Atílio Vivácqua, 05 de Junho de 2017.

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

Wanderson José da Silva Marinho  
**1º SECRETÁRIO**

Leonil Dias da Silva  
**2º SECRETÁRIO**

Adalto Bastos das Neves  
**3º SECRETÁRIO**

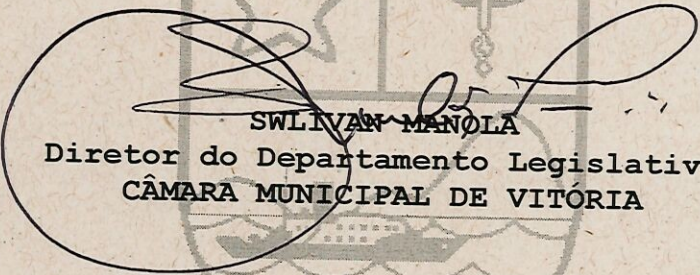


**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

## **DESPACHO**

Transcorrido, *in albis*, o prazo de sanção e veto por parte do Prefeito Municipal, tem-se que ocorreu à sanção tácita, na forma do § 1º do Art. 83 da Lei Orgânica Municipal. Transcorrido, ainda, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas da promulgação da Lei por parte do prefeito municipal, encaminhe-se ao Presidente da Câmara para promulgar e publicar a Lei, na forma do Art. 83, § 7º, da Lei Orgânica Municipal de Vitória.

Em 05 de Julho de 2017.

  
**SWLIVAN MANÓLA**  
Diretor do Departamento Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



**Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo**

**LEI Nº 9.152**

**Inclui o cargo de Professor de  
Educação Básica III – Libras  
na Lei nº 6.754, de 2006.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica incluída alínea “e” ao inciso I do art. 4º com a seguinte redação:

“Art. 4º. [...]

I- [...]

e) Professor de Educação Básica III (PEB III) – Libras” (NR)

**Art.2º.** Fica incluído o inciso VIII ao art. 6º com a seguinte redação:

“Art. 6º [...]

I- [...]

VIII- Para o Professor de Educação Básica III – Libras: Ser comprovadamente surdo. Para docentes que atuarão com o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental: Graduação em licenciatura plena em: libras ou em letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Para docentes que atuarão no ensino de Libras da educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Graduação em Pedagogia e curso complementar com certificado PROLIBRAS ou curso de formação

de instrutores de libras, com no mínimo 120 horas, promovido por instituições de ensino superior ou instituições credenciadas pelas Secretarias de Educação ou Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. (NR)

**Art. 3º.** Fica incluído o inciso V ao art. 7º com a seguinte redação:

“Art. 7º. [...]

I- [...]

V- PEB III – Libras: Educação Infantil e Ensino Fundamental.

**Art. 4º.** Fica incluído o cargo de Professor de Educação Básica III (PEB III) – Libras no Anexo I da Lei 6.754, de 2006, alterado pela Lei nº 7.860, de 2009, no Grupo Docente com 14 cargos:

**Art. 5º.** Fica incluído cargo de Professor de Educação Básica III (PEB III) – Libras no Anexo II da Lei 6.754, de 2006, alterado pela Lei nº 7.860, de 2009, no Grupo Docente, com a seguinte descrição sumária: Planejar, ministrar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas com alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental, em parceria com os demais profissionais da Unidade de Ensino e Comunidade Escolar, quando necessário, em consonância com o projeto político pedagógico.

Palácio Atílio Vivacqua, 06 de Julho de 2017.

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

Proc. Nº 5189/2016 – CMV/DEL



Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

OF.PRE.ENC.LEIS Nº 098

Vitória, 07 de Julho de 2017.

Assunto: **LEI PROMULGADA**

Senhor Prefeito,

Encaminho a V. Exa. à **Lei Promulgada nº 9.152/2017**, referente ao **Projeto de Lei nº 168/2016**, de autoria do Vereador **Davi Esmael**, publicada no Diário Oficial Legislativo Municipal de 07 de Julho de 2017.

Atenciosamente,

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

Exmo. Sr.  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal de Vitória  
NESTA

Proc. Nº 5189/2016 – CMV/DEL.

Processo: **4085863/2017** Prioridade: **NORMAL**  
Data: 12/07/2017 Hora: 13:13  
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL  
Assunto: INFORMACÃO

Documento: OFÍCIO - 098/2017  
Destino: **SEGOV/SUB-RI**  
Volume: 01/01





# DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

[www.cmv.es.gov.br/diario](http://www.cmv.es.gov.br/diario)

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 618

Ano V

Vitória (ES), Sexta-feira, 07 de julho de 2017

## LEI Nº 9.152

### Inclui o cargo de Professor de Educação Básica III – Libras na Lei nº 6.754, de 2006.

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica incluída alínea “e” ao inciso I do art. 4º com a seguinte redação:

“Art. 4º. [...]

I- [...]

e) Professor de Educação Básica III (PEB III) – Libras” (NR)

**Art.2º.** Fica incluído o inciso VIII ao art. 6º com a seguinte redação:

“Art. 6º [...]

I- [...]

VIII- Para o Professor de Educação Básica III – Libras: Ser comprovadamente surdo. Para docentes que atuarão com o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental: Graduação em licenciatura plena em: libras ou em letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Para docentes que atuarão no ensino de Libras da educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Graduação em Pedagogia e curso complementar com certificado PROLIBRAS ou curso de formação de instrutores de libras, com no mínimo 120 horas, promovido por instituições de ensino superior ou instituições credenciadas pelas Secretarias de Educação ou Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. (NR)

**Art. 3º.** Fica incluído o inciso V ao art. 7º com a seguinte redação:

“Art. 7º. [...]

I- [...]

V- PEB III – Libras: Educação Infantil e Ensino Fundamental.

**Art. 4º.** Fica incluído o cargo de Professor de Educação Básica III (PEB III) – Libras no Anexo I da Lei 6.754, de 2006, alterado pela Lei nº 7.860, de 2009, no Grupo Docente com 14 cargos.



# DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

[www.cmv.es.gov.br/diario](http://www.cmv.es.gov.br/diario)

**Câmara Municipal de Vitória**

Edição: 618

Ano V

Vitória (ES), Sexta-feira, 07 de julho de 2017

**Art. 5º.** Fica incluído cargo de Professor de Educação Básica III (PEB III) – Libras no Anexo II da Lei 6.754, de 2006, alterado pela Lei nº 7.860, de 2009, no Grupo Docente, com a seguinte descrição sumária: Planejar, ministrar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas com alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental, em parceria com os demais profissionais da Unidade de Ensino e Comunidade Escolar, quando necessário, em consonância com o projeto político pedagógico.

Palácio Atílio Vivácqua, 06 de Julho de 2017.

Vinícius José Simões

**PRESIDENTE**

## EXPEDIENTE

**Presidente** Vinícius José Simões

**Diretora Geral** Raquel Ramos

**Responsável pela Publicação** Carlos Eduardo Louredo de Freitas

**ESTE É O FINAL DESTA PUBLICAÇÃO**



Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

Sr. Diretor

Encaminhamento para expediente externo

A Lei Promulgada nº 9.132/2017

Em, 07/07/2017

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE EXTERNO

EM, 17/07/2017

  
DIRETOR/DEL

AO DEL

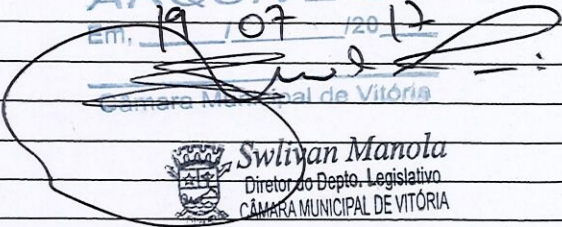
Para providenciar os demais encaminhamentos  
regimentais relativos ao presente processo.

Em, 17/07/2017

Presidente da Sessão

ARQUIVE-SE

Em, 19/07/2017

  
Câmara Municipal de Vitória



*Sullivan Manola*  
Diretor do Depto. Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA